

A GESTÃO EDUCACIONAL NO PAR: UM ESTUDO DAS PRODUÇÕES EM DUAS REVISTAS ELETRÔNICAS

Maria Edilene Ribeiro

Universidade Federal do Pará –UFPA

mariaedileneribeiro@yahoo.com.br

Laurimar de Matos Farias –

Secretaria Estadual de Educação – SEDUC

laurimar@ufpa.br

Natasha Souza Cardoso

Universidade Federal do Pará – UFPA

natasha_mdt2@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O artigo tem como finalidade ressaltar os dados coletados através do método investigativo “estado da arte”, verificando quantitativamente e qualitativamente as produções relacionadas ao Plano de Ações Articuladas – PAR, destacando a dimensão Gestão Educacional, em forma de artigo científico e acadêmico realizado nas revistas eletrônicas: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAAE e a Revista “Educação em Questão”, no período de 2007 a 2017. É um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso que aborda a gestão educacional no PAR 2007-2017, inspirado pela pesquisa intitulada “Avaliação do Plano de Ações Articuladas - PAR: um estudo em municípios dos estados do Rio Grande do Norte, Pará e Minas Gerais, no período de 2007 a 2011”, desenvolvida por três universidades federais: Universidade do Rio Grande do Norte – UFRN, do Pará – UFPA e de Uberlândia – UFU.

DESENVOLVIMENTO

O Plano de Ações Articuladas - PAR é uma ferramenta de planejamento articulado ao Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE. Para Silva, Ferreira e Oliveira (2014, p. 26) “O PDE e o PAR referem-se a um Plano educacional lançado, em 2007, pelo Governo Lula da Silva, visando articular o conjunto das ações do MEC e, ao mesmo tempo disponibilizar, para os estados, políticas voltadas à melhoria da qualidade da educação básica pública.” Como plano plurianual que visa estabelecer parceria em regime de colaboração entre os entes federados com vistas a melhoria da qualidade educacional, abrange quatro dimensões, quais sejam: gestão educacional, formação de professores, práticas pedagógicas e avaliação e infra-estrutura.

O “estado da arte”, que desenvolvemos focaliza o levantamento quanti e qualitativos das produções de artigos científicos e acadêmicos nas Revistas RBPAE e Educação em Questão. A RBPAE é um periódico científico quadrimestral editado pela Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE, lançada no ano de 1983. Aborda questões sobre as políticas educacionais dos sistemas de ensino, sejam escolas, universidades entre outros ambientes públicos cuja educação se faz presente. A Revista Educação em Questão é um período trimestral, responsável pelo Centro de Educação e Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), foi lançada em 1987 e os trabalhos publicados são voltados para o seguimento educacional e das ciências humanas, sendo estruturados e organizados em diferentes formas: artigos, resenhas, entrevistas e outros.

A partir da coleta de dados na RBPAE e na Revista Educação em Questão foram obtidos o quantitativo de artigos relacionados ao PAR, no período 2007 a 2017, conforme demonstra a tabela 1.

TABELA 1 - Artigos sobre o PAR (2007-2011) RBPAE/educação em questão 2007-2017

REVISTAS	ANOS											Total
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
RBPAE	-	-	-	-	-	-	01	01	-	08	03	13
Educação em Questão	-	-	-	-	-	-	-	05	02	01	02	10
TOTAL	-	-	-	-	-	-	01	06	02	09	05	23

Fonte: RBPAE/ Educação em questão (2017)

Foram encontrados vinte e três artigos relacionados ao PAR, observando uma carência de produções acadêmicas no período de 2007 a 2012 na revista RBPAE e de 2007 a 2013 na revista Educação em Questão. Já nos anos referente a 2014 e 2016 apresentam os maiores índices de produções.

Ao considerarmos as publicações referentes às quatro dimensões do PAR: 1. Gestão Educacional; 2. Formação de professores; 3. Prática pedagógica e avaliação e 4. Infraestrutura física escolar, encontramos os seguintes dados, conforme a tabela 2.

TABELA 2 - Artigos sobre as dimensões do PAR - RBPAE/Educação em questão 2007-201

DIMENSÕES DO PAR	ANOS					Total
	2013	2014	2015	2016	2017	
Gestão educacional	1	3	2	6	4	16
Formação	0	1	0	3	0	4
Práticas pedagógicas	0	2	0	0	0	2
Infraestrutura	0	0	0	0	1	1

Fonte: RBPAE/Revista educação em questão (2017)

As produções sobre a dimensão gestão educacional se destacam, com um total de 16 no período estudado, sendo que 10 foram publicadas na RBPAE e 06 na revista Educação em Questão. Ressaltamos que a gestão educacional que durante as últimas décadas tem se tornado uma das temáticas mais debatidas por estudiosos na área. Em meio a reforma do estado, vem assumido o gerencialismo como concepção a ser concretizado no cotidiano escolar, no contraponto ao modelo democrático que requer autonomia e participação dos sujeitos escolares.

Gutierrez e Rolin (2016) afirmam em análise de pesquisa realizada em municípios paraenses sobre as implicações do PAR no âmbito da gestão educacional e na perspectiva da gestão democrática, que o plano não tem contribuído amplamente para a democratização da gestão educacional dos municípios, pois nos fundamentos do PAR ainda persistem elementos que culminam em uma gestão caracterizada no modo de gestão gerencialista.

No que tange aos aspectos qualitativos da pesquisa sobre a gestão educacional no PAR, foram encontrados artigos de diferentes autores com objetivos, metodologias e resultados distintos. E apesar de trazerem discussões particulares sobre o PAR, verificaram-se debates afins nos artigos sobre: políticas educacionais; limitações da efetivação do Federalismo e do regime de colaboração; a formatação do PAR sob o modelo gerencial; a fragilização da autonomia e participação dos municípios em decorrência da uniformização das ações do PAR a serem executadas pelos municípios; o crescimento do IDEB na perspectiva da qualidade educacional; e a influência do setor mercantil nas políticas educacionais, caracterizando a materialização da teoria do capital humano.

Como exigência do Estado neoliberal, o PAR requer uma qualidade mercadológica, para tanto busca ajustar a gestão educacional aos moldes gerencialista e controlar os recursos financeiros, alinhando-os à lógica da teoria do capital humano, que segundo Pires (2005) tem como ideário que o investimento na educação traduz o crescimento econômico do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PAR é um mecanismo regulatório do governo e que tem como fundamento características próprias da lógica neoliberal e da teoria do capital humano, sendo compreendido como uma ferramenta de planejamento que focaliza sobretudo a gestão, segundo os moldes do gerencialismo. Em meio a reforma do Estado, as políticas educacionais necessitam de ajustes desde a formulação a execução dos planejamentos educacionais. E, tomando como referência o PAR, é evidente nas produções científicas, críticas reflexivas em relação à utilidade do plano que está atrelado basicamente a uma ferramenta de diagnóstico das problemáticas educacionais locais, quanto a execução do plano, verifica-se a inviabilidade de colocar em prática as ações e subações discriminadas no PAR, em decorrência das assimetrias administrativas, econômicas, políticas, territoriais que acabam por fragilizar o regime de colaboração entre os entes federados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil
GUTIERRES, Dalva Valente Guimarães; ROLIM, Rosana Maria Gemaque. **O financiamento da educação a partir do plano de ações articuladas (par) em municípios paraenses: regime de colaboração?**. RBPAE - v. 32, n. 1, p. 151 - 169 jan./abr. 2016.

SILVA, Luiz Gustavo Alexandre da; FERREIRA, Suely e OLIVEIRA, João Ferreira. **O planejamento educacional no Brasil: políticas, movimentos e contradições na gestão dos sistemas municipais**. In: Revista Brasileira de Políticas e Administração da Educação – RBPAE, v.30, n.1, p. 79-95, jan./abr. 2014.

PIRES, Valdemir. **Economia da Educação: para além do capital humano**. São Paulo: Cortez, 2005.